



- Maria Helena Braga • mhelena.braga@iqe.org.br
- Maria Sidalina Gouveia • sidalina.gouveia@iqe.org.br
- Cristina Luiza Garbuio • cristina.garbuio@iqe.org.br
- Maria Teresinha Figueiredo • mteresinha.figueiredo@iqe.org.br
- José Gayoso • jose.gayoso@iqe.org.br

A qualidade da educação no Piauí melhorou? O que diz o IDEB?

José Gayoso

Relações Institucionais do IQE –
Instituto Qualidade no Ensino

Desde 2005, quando do início das publicações bienais do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), a educação pública no Brasil beneficiou-se de um indicador que, por assemelhar-se a uma nota (de 0 a 10), facilitou a compreensão da sociedade sobre o estágio de desenvolvimento dos ciclos componentes da educação básica: anos iniciais (1º ao 5º ano) e finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental e ensino médio.

Do ponto de vista das políticas educacionais, a utilização do IDEB propicia valiosa informação às esferas federal, estadual e municipal, na medida em que evidencia a evolução (ou regressão) de uma rede de ensino, assim como origina um conjunto de dados acerca das habilidades dominadas e não dominadas pelos alunos.

Tomando como exemplo o ensino médio no Piauí, apesar de o IDEB (cabe aqui uma

rápida recordação do conceito do IDEB = taxa de aprovação x proficiência aferida pela Prova Brasil) da rede estadual, em 2013, ter apresentado pequeno aumento em relação a 2011 (de 2,9 para 3,0), ressaltamos que essa variação decorreu do aumento verificado nas taxas de aprovação (de 0,77 para 0,79), ou 3,4% em termos percentuais. A proficiência, mensurada por meio da Prova Brasil, apresentou decréscimo (de 3,83 para 3,74), ou -2,2% em termos percentuais. Portanto, existe aí um claro descompasso entre taxa de aprovação e proficiência.

Normalmente proficiência e taxa de aprovação caminham juntas, estabelecendo uma relação direta de causa e efeito, ou seja, quanto mais o aluno sabe, maiores serão as chances deste educando ser aprovado. Logo, o pequeno aumento ocorrido no IDEB não está relacionado à proficiência (habilidades referentes às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática). Sem dúvida o IDEB proporciona à sociedade um indicador de fácil interpretação, porém uma análise mais criteriosa exige um aprofundamento, conforme verificamos no parágrafo anterior. Os anos iniciais e finais do ensino fundamental podem ser objeto de mesmo escrutínio, utilizando-se dos conceitos

acima delineados.

Paralelamente, gostaria de compartilhar com o leitor algumas análises adicionais acerca da educação pública piauiense, amparadas nos dados oficiais do Ministério da Educação (INEP). No ensino médio (conforme censo escolar 2013), a rede estadual registra 124,7 mil alunos, 4,3 mil alunos nas escolas federais e 17,8 mil na rede privada. À luz dos números de matrículas mencionados, relacionamos as seguintes informações, tendo como pano de fundo as taxas de distorção idade-série e abandono (evasão).

A taxa de distorção idade-série mostra o percentual de alunos defasados, tomando-se como parâmetros a idade e o ano (série) em curso. O Ministério da Educação define a taxa de distorção idade-série para alunos que apresentem defasagem de dois anos ou mais, em relação à idade/ano ideal. No caso do Piauí, temos uma distorção de 50,4% na rede estadual, 12,7% na rede privada e 32,7% no consolidado das redes públicas brasileiras. Portanto, para cada 100 alunos cursando o ensino médio na rede estadual do Piauí, 50 encontram-se defasados em pelo menos dois anos, comparando-se com a idade em que deveriam estar.

Complementarmente, a taxa de abandono (evasão) situa-se em um patamar de 19,2%

na rede estadual, 0,8% na rede privada e 10,4% no consolidado das redes públicas brasileiras.

Podemos inferir então que, para cada 100 alunos cursando o ensino médio na rede estadual, 19 abandonam a escola. Adicionalmente, verifica-se que as taxas de abandono no Piauí estão muito acima, não só da rede privada (local), como também em relação à média nacional.

Os desafios a serem enfrentados pela educação no Piauí não diferem, na sua essência, dos demais estados brasileiros. Adequação da infraestrutura escolar; integração entre escola e comunidade; formação continuada em serviço dos docentes e gestores; definição de um currículo mínimo (conjunto de competências e habilidades); que seja efetivamente praticado em todas as escolas; diminuição da rotatividade dos professores (com diminuição do número de professores temporários), além do estabelecimento de uma política de cargos e salários consistente devem compor as prioridades do próximo governo estadual.

Em nosso próximo encontro, exploraremos o que poderia permear nossas reflexões, imaginando uma educação pública piauiense com indicadores mais próximos das necessidades cognitivas e não cognitivas dos nossos estudantes.